

FERNANDES, João Luís Jesus (2008); “Insegurança ambiental e migrações. Contributo para uma sistematização de conceitos”, in *Quinto Encuentro Migraciones, causas y consecuencias*; Eumed.Net; Universidad de Málaga (Edição em CD-ROM) ISBN-13: 978-84-691-4679-8.

QUINTO CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE
Migraciones, causas y consecuencias
del 6 al 24 de noviembre de 2008

PONENCIA

INSEGURANÇA AMBIENTAL E
MIGRAÇÕES. CONTRIBUTO PARA UMA
SISTEMATIZAÇÃO DE CONCEITOS

JOÃO LUÍS JESUS FERNANDES
CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PORTUGAL

Resumo

No geral, as migrações respondem a um conjunto sistémico de factores. Um deles é, na actualidade como no passado, o ambiente. As mudanças verificadas no contexto ecológico, pelo modo como influenciam a vida humana nos pontos de vista biológico, psicológico, simbólico, social e económico, estão entre os impulsos que têm dado origem a deslocações demográficas e consequentes alterações na territorialidade das populações. Quando a ecologia é apenas uma variável conjugada com outras no estímulo à deslocação demográfica, a relação entre migrações e ambiente é sistémica e difusa. Contudo, em casos particulares esta ligação pode ser inequívoca e directa, sobretudo em crises ecológicas como as resultantes de erupções vulcânicas ou acidentes nucleares, que alteram o quadro biofísico até níveis de insustentabilidade para a segurança humana. Num caso como noutro, estas migrações são muito diversificadas: no modo e na duração da mobilidade espacial; na categoria e na velocidade da mudança ecológica que desencadeia esse movimento; na conjugação entre os factores naturais e outros. O presente texto é um contributo para a possível sistematização

dessa diversidade de situações e para a problematização dos conceitos associados a esta dinâmica sócio-demográfica.

Em 2004, Roland Emmerich realiza *The day after tomorrow*, um filme que discute o aquecimento global e a mudança na geografia das correntes marítimas, e retrata um Hemisfério Norte de paisagens geladas e um fluxo de migrantes que, na fuga às condições ecológicas extremas, procura a sobrevivência algures no Sul, um território agora mais seguro e aprazível. Publicado em 2006, o romance *The road*, de Cormac MaCarthy, decorre num mundo violento, depressivo, pós-apocalíptico, de uma paisagem negra, devastada por uma qualquer catástrofe, sem sinais vida, uma paisagem morta vivida por grupos humanos dispersos, sobreviventes deambulando em direcção a um mítico e salvador Sul, algures num lugar próximo do oceano, num trajecto de violência e desespero de quem foge à desolação ambiental e, nos escombros da sociedade de consumo, procura a redenção. No mesmo ano, é produzido o documentário *Les réfugiés de la Planète Bleue*, de Jean-Philippe Duval e Hélène Choquette, que viaja entre o Canadá, as Maldivas e o Brasil, acompanhando diferentes personagens - um agricultor, um pescador e um camponês que, apesar de viverem contextos diferentes, experienciam o mesmo problema: um quotidiano afectado por desequilíbrios ecológicos e a deslocação geográfica forçada por mudanças nos respectivos quadros ambientais. Neste documentário, que recebeu o Prémio do Júri em 2006, no Festival Cine Eco, de Lisboa e, no mesmo ano, o prémio para Melhor Documentário no Festival de Cinema Ambiental de Toronto, discutem-se problemas como o avanço das águas do mar nas Maldivas, os efeitos ecológicos da monocultura de eucaliptos, no Brasil, ou a exploração de petróleo, em Alberta, no Canadá, todos associados ao rompimento dos equilíbrios ecológicos locais e consequente saída de populações. Em 1999, produz-se o documentário *Herederos de la lava* (realizado por Lurta Nikolas e Fermin Aio) que, depois da erupção vulcânica do Pimatuso, em 2001, percorre a ilha de Luzon, nas Filipinas e discute a difícil integração dos deslocados nos novos lugares de residência. Em 2007, a National Geographic Society edita o *Earth Report 2007* e aborda temas como a migração forçada de cerca de 500 mil pessoas em virtude dos incêndios florestais no Sul da Califórnia; os milhares de deslocados durante as cheias no Bangladesh; e a deslocação meridional das areais do Gobi, na Ásia Central, que coloca em risco algumas cidades do Norte da China. Um ano antes, Al Gore, para quem o clima é um dos critérios que condicionam a escolha do lugar de residência, apresentava o documentário *An inconvenient truth* (2006): um manifesto ecologista de alerta sobre o aquecimento global, onde se discutem migrações ambientais em diferentes contextos, desde as subsequentes aos efeitos da passagem do furacão Katrina pela Florida, às deslocações na Índia devido às cheias e às potenciais migrações que ocorrerão nas terras baixas na sequência do degelo que vai

ocorrendo na Antártida ou na Gronelândia, com efeitos directos nalgumas ilhas do Pacífico, de onde foram já evacuadas populações para a Nova Zelândia.

Humanização da Terra e insegurança ambiental

As referências anteriores, reais ou ficcionadas, envolvem-se numa questão com crescente espaço no actual debate político e científico, facto que se comprova pelo aumento de referências, encontros científicos e publicações directa ou indirectamente dedicadas ao tema (DUBUS, 2002).

Esta tendência acompanha a preocupação global pelas consequências insustentáveis da acção humana no planeta, o que se tem traduzido, por exemplo, nos debates sobre o Protocolo de Quioto, as energias renováveis e os efeitos mais ou menos localizados em populações que, perante quadros ecológicos depressivos, se vêm na contingência de migrar e alterar os seus territórios de vida.

A relação entre as mudanças ecológicas e a mobilidade espacial das populações ocorre desde há muito. A História da humanidade assistiu desde sempre à deslocação de grupos humanos consoante os ritmos regulares da natureza e as mudanças ambientais que acompanham esses ciclos sazonais.

Mesmo na actualidade, é ainda possível identificar populações nómadas que, em contextos geoeconómicos e geohumanos agro-pastoris, persistem em quotidianos marcados pelo movimento e por, salvaguardadas as diferenças em relação ao passado, uma territorialidade de espaços descontínuos, com pontos de paragem e corredores de circulação, num quadro de vida orientado pela regularidade ecológica das pastagens. Alguns dos principais fluxos migratórios da modernidade, como a emigração irlandesa para os EUA, no século XIX, foram também impulsionados por factores ambientais. A origem da diáspora irlandesa deve-se a factores político-económicos, como o desigual acesso à propriedade rural, mas também a factores de natureza ambiental, como a 'doença da batata' (a '*potato blight*') e a consequente fome de 1845-46, importante factor de desequilíbrio entre os recursos e uma demografia em plena transição demográfica (DALY, 1994).

O desenvolvimento das populações depende de um conjunto vasto de factores, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994) agrupou no conceito de segurança, aqui entendido no seu sentido mais amplo de segurança alimentar, segurança na saúde, segurança militar e, entre outras, segurança ambiental. É nesta última que se enquadram os fluxos de migrantes ecológicos. Estes estão a jusante de um processo, mais ou menos longo e, como se verá, mais ou menos reversível de deficit ambiental, isto é, de um

desajuste entre as condições ecológicas, no seu sentido biofísico, e as exigências espaciais das populações no contexto de quadros de vida saudáveis e sustentáveis (HOMER-DIXON, 1994). Como se esquematiza na figura 1, a relação entre a população e o seu quadro ecológico é dinâmica, porque as variáveis biofísicas, num comportamento regular nalguns casos, irregular noutros, apresentam mudanças ao longo do tempo, questão que tanto se aplica a ciclos temporais de longo prazo (numa escala de tempo geológico), como a ciclos temporais mais curtos (numa escala temporal geográfica) (Figura 1).

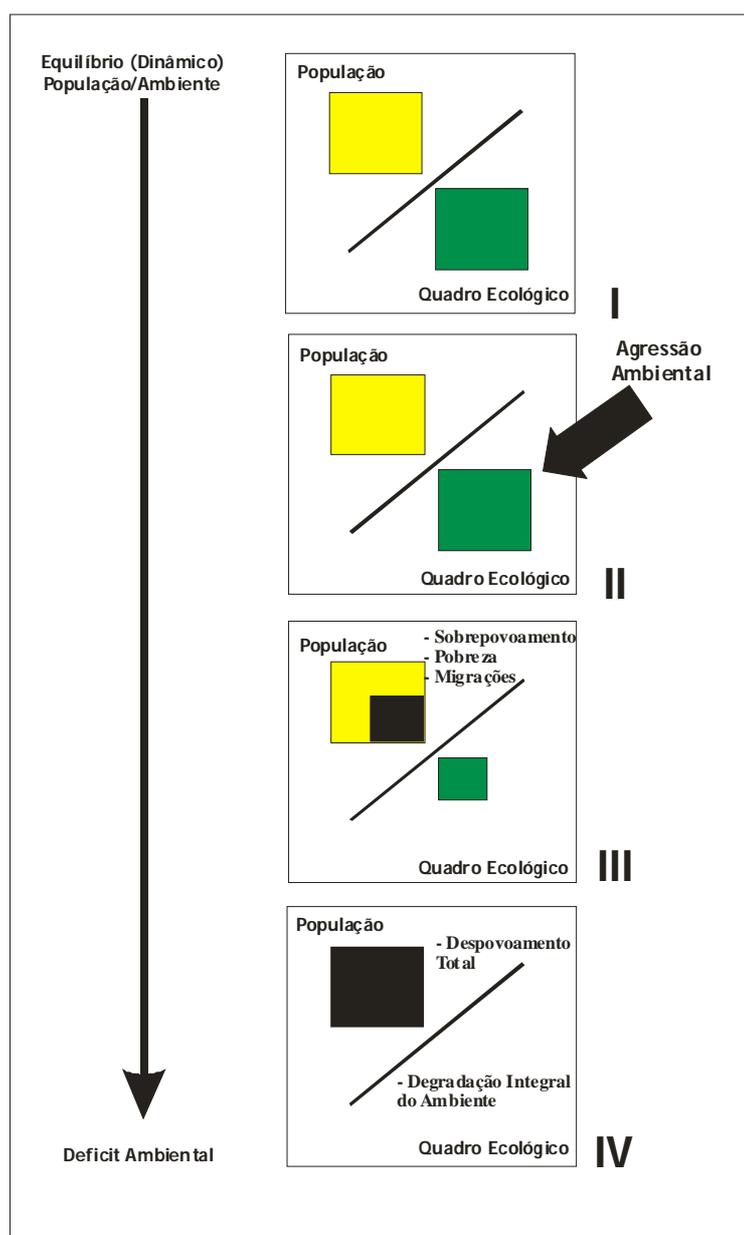


Figura 1 – As transformações do quadro ecológico e a deslocação de migrantes ambientais.

Esse dinamismo resulta também, entre outros factores, da mudança em variáveis como a demografia, em especial as densidades populacionais e as estruturas familiares. As dinâmicas demográficas expansivas ou recessivas terão efeitos diferenciados nesta relação entre populações e ambiente. Os níveis de consumo, as tecnologias aplicadas, as orientações políticas e éticas são também factores determinantes neste dinamismo, que pode ser abalado por uma agressão ambiental. Este deficit ambiental leva à conseqüente procura de novos equilíbrios, que resolvam problemas como a falta de acesso a recursos vitais, como a água, o solo arável ou a atmosfera respirável. Este ajustamento pode ocorrer *in loco* e passar, por exemplo, pela inovação tecnológica, mas pode também implicar deslocações geográficas, uma outra resposta, noutra local, com a reconfiguração dos territórios pessoais dos grupos afectados. Em condições de degradação extrema, essa deslocação pode levar ao despovoamento total e, pelo menos à escala local, à reconfiguração da estrutura de povoamento. Este desequilíbrio conjuntural e/ou estrutural, analisado por disciplinas científicas como a Ecologia Política e ciências sociais e humanas, como a Geografia, é particularmente agudo em ambientes ecológicos mais frágeis, como o delta de alguns rios, algumas ilhas e espaços urbanos mais densos e desordenados.

Esta questão tem sido debatida por diferentes perspectivas ideológicas: mais conservadoras e malthusianas, umas; mais expansivas e cornucopianas, outras. Nesta discussão ética, a diferença reside, por um lado, na responsabilidade que se atribui à transição demográfica e conseqüente aumento populacional em continentes como o africano e o asiático e, por outro, às conseqüências do aumento, em termos absolutos e relativos, dos consumos e seus efeitos directos e indirectos sobre os ecossistemas e os ciclos naturais da Terra, argumento que se aplica também às externalidades ambientais das inovações tecnológicas (BEAUJOU-GARNIER, 1989). Esta cisão ideológica acompanha o processo de artificialização da superfície terrestre, um efeito global e de longo prazo que resulta do aumento combinado da população e do respectivo poder tecnológico de transformação.

De facto, entre as paisagens naturais e as paisagens culturais, decorre um processo de humanização que corresponde a uma crescente carga demográfica mas também ao aumento do efeito transformador da tecnologia. Essa artificialização incorre no risco da degradação ambiental mas tem também estimulado a consciência ecológica, com efeitos sobretudo desde a década de 70 do século XX (Figura 2).

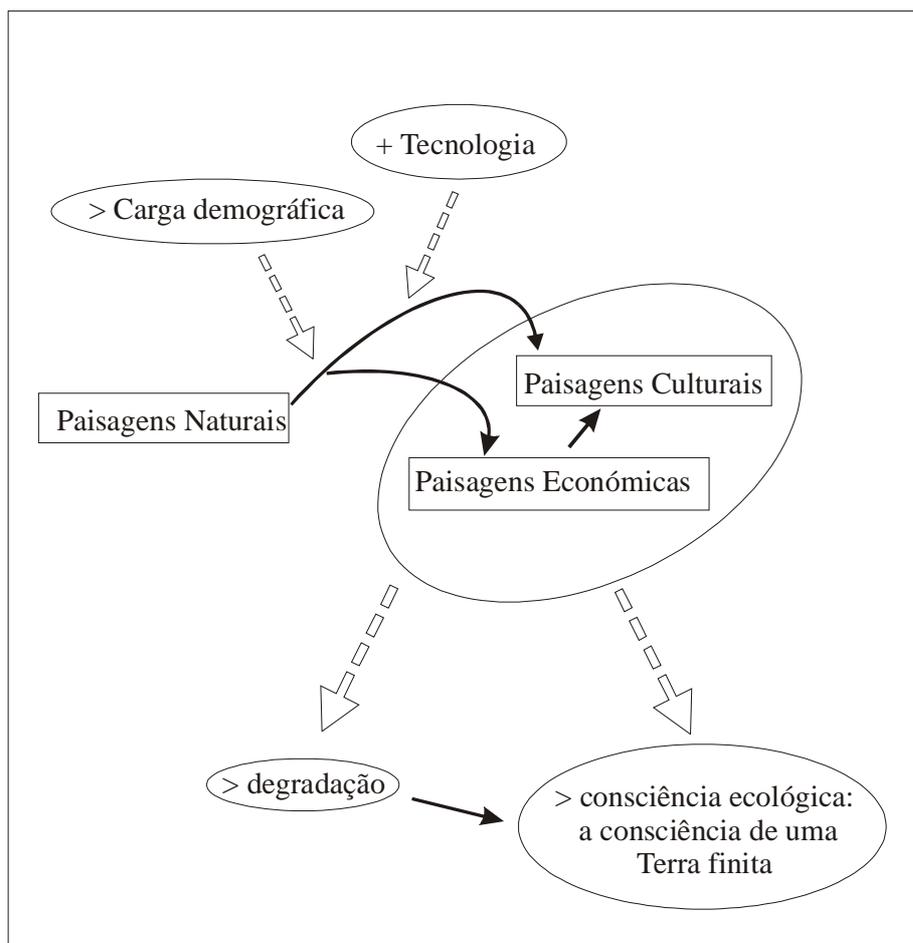


Figura 2 – Processo de humanização/aculturação do globo terrestre.

O acréscimo da preocupação ambiental na opinião pública tem ainda pressionado a crescente procura de tecnologias mais conservadoras e ecológicas. Com efeito, por uma adaptação da curva económica de Simon Kuznets ao domínio dos efeitos ambientais das novas tecnologias, sabe-se que essa humanização é conduzida, primeiro, por tecnologias mais agressivas para depois, em fases subsequentes e em ciclos de crescimento da economia, se abrir espaço a tecnologias mais limpas e sustentáveis (HAYWARD, 2005). Esta inovação tecnológica é, contudo, geograficamente desequilibrada. Com a segmentação das cadeias produtivas e a posterior redistribuição espacial das suas diferentes etapas, desde a exploração da matéria-prima bruta até às mais inovadoras fases terminais, criaram-se geografias assimétricas na distribuição espacial das tecnologias: mais limpas e de valor acrescentado nalguns lugares, mais depredadoras e agressivas noutros.

Deslocados ambientais: sistematização de conceitos

As migrações impulsionadas por factores ecológicos são de difícil quantificação porque nem sempre se podem individualizar. No geral, os factores de repulsão imiscuem-se e confundem-se. Muitas mobilidades espaciais têm uma origem sistémica e resultam de um conjunto interdependente de factores. Por isso, não há consenso relativamente ao quantitativo actual de migrantes ambientais, como se comprova pelos valores avançados por autores como Nurit Kliot (2001), Norman Myers (2005) ou Black (2001) que, consoante os critérios, estimam como plausíveis valores que vão dos 25 aos 64 milhões.

Num exercício premonitório, Conisbee e Simms (2003) referem que, até 2050, no caso de continuar o nível de degradação ecológica agora verificado, se deslocarão cerca de 150 milhões de pessoas devido ao aquecimento global. Relatórios internacionais do Intergovernmental Panel on Climate Change (2008) e da International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (2004), apontam também para o crescente número de populações afectadas por manifestações ambientais extremas, como furacões, cheias e deslizamentos de terras. A subida do nível médio das águas do mar afectará mesmo áreas urbanas como Alexandria, Manila, Xangai ou Jacarta.

A delimitação desta categoria de mobilidade não tem sido consensual, apesar da frequente referência ao conceito de El-Hinnawi (1985, p.4), para quem os migrantes ambientais são *"those people who have been forced to leave their traditional habitat (...) because of a marked environmental disruption (...) that jeopardized their existence and/or seriously affected the quality of their life"*.

Estas deslocações relacionam-se, numa complexa relação de causa-efeito, com os níveis de desenvolvimento, o grau de *resiliência* e a vulnerabilidade dos grupos humanos (KLIOT, 2001). Uma população resiliente é flexível e tem capacidade de adaptação às mudanças. Essa resposta activa pode ocorrer no local, uma *resiliência in loco*, ou implicar um capital de mobilidade e a conseqüente deslocação e adaptação noutros referenciais geográficos, uma *resiliência ex loco*. Por isso, a amplitude deste conceito tanto considera resilientes as populações que resistem e se adaptam a uma mudança ambiental recorrendo, por exemplo, a formas de capital tecnológico ou institucional, como as comunidades que dispõem de capital de mobilidade para, em percursos concertados e organizados, se deslocar e reconstruir, de modo definitivo ou temporário, um novo quadro de vida *ex loco*. Nesta concepção, a ausência de resiliência caracteriza o grupo humano que, perante uma catástrofe natural ou qualquer outra mudança das condições ecológicas de vida, não tem capital de mudança e permanece no mesmo local sem a necessária adaptação. Esse deficit de resiliência ocorre também com os

grupos que se deslocam de forma pouco apoiada, numa fuga sem destino e sem possibilidades de uma reorganização sustentável e atempada de quadros de vida saudáveis. Em ambas as situações, assiste-se à crescente descapitalização das populações, conseqüente degradação dos seus índices de desenvolvimento e, seguindo Amartya Sen (2003), a uma progressiva redução das opções de escolha, outra das expressões da degradação do desenvolvimento humano.

Estas mudanças ambientais constituem uma das externalidades do(s) modelo(s) de desenvolvimento, dominantes sobretudo desde a II Guerra Mundial, perante as quais existem dois níveis de desigualdades: na responsabilidade activa por essa crise (visível, por exemplo, pelas assimetrias na emissão de gases efeito de estufa) e no grau de vulnerabilidade e respectiva capacidade de resposta.

Essa reacção está condicionada por múltiplos factores, nem todos controláveis no curto prazo exigido por algumas crises. Com efeito, as respostas à insegurança ambiental dependem de factores políticos e económicos, aos quais se associa o maior ou menor poder de, por um lado, combater as causas dessa crise e, por outro, de organizar uma resposta, *in loco* ou não. Essa capacidade de resposta pode depender, noutros casos, da percepção do risco que, por sua vez, deriva da informação disponível mas também da proximidade temporal a uma catástrofe do mesmo tipo daquela que agora constitui uma ameaça. Por exemplo, a percepção do risco de um novo episódio de cheias é grande no momento em que estas ocorrem, para depois, pelo efeito da progressiva diminuição da memória, ir diminuindo com o tempo. Todos estes factores inter-relacionam-se de modo complexo e dinâmico e daqui resulta também o capital da mobilidade espacial, isto é, a capacidade de deslocação no espaço, importante factor de segurança em condições ambientais que o exijam. Essa capacidade de mudança depende também do peso relativo de determinados factores de inércia, como a idade, a falta de capital económico, a ausência de organização institucional para o movimento, o apego afectivo a lugares simbólicos que não se querem abandonar (como ocorre com alguns grupos de pessoas mais idosas que, por exemplo, persistem em continuar a viver na zona interdita da central nuclear de Chernobyl, na Ucrânia) ou, noutro contexto, como o português, a rigidez do mercado imobiliário. Em Portugal, a aquisição de habitação própria e a percentagem elevada dos recursos familiares aplicados nessa aquisição, tornam esses proprietários menos resilientes em caso de necessário abandono dessa habitação, entretanto desvalorizada no mercado, como tem ocorrido sobretudo em áreas residenciais urbanas afectadas pela posterior construção de vias rápidas ou instalação de linhas eléctricas de alta tensão, vistas na opinião pública como um perigo para a saúde humana. Nestes casos, o risco está no

encravamento espacial, um factor que aumenta as vulnerabilidades, pela inércia e incapacidade de mudança.

Com ou sem movimento espacial, para Rogério Haesbaert (2004), essa desorganização dos quadros espaciais de vida constitui um processo de *desterritorialização*, de perda de território, perda do controlo sobre os movimentos, perda de lugares simbólicos. Esta desterritorialização pode ou não implicar um processo, mais ou menos rápido, de *re-territorialização*, isto é, de recuperação de referências espaciais. É neste desigual ritmo de re-territorialização que reside uma das fracturas entre as populações com mais e as populações com menos capital de desenvolvimento.

Esta desterritorialização é um factor de insegurança, uma agressão e um retrocesso no valor da *segurança ontológica* referido por Anthony Giddens (1991) – perde-se o território ou, pelo menos, o controlo sobre a apropriação do espaço geográfico, numa cadeia sistémica de acontecimentos que leva ao aumento da vulnerabilidade. Para este autor (1991, p.82), “*A lifestyle involves a cluster of habitats and orientations, and hence has a certain unity – important to a continuing sense of ontological security*”. A desterritorialização é também um factor de agressividade, por via da quebra desse sentimento de segurança ontológica. Esta insegurança constitui, numa outra perspectiva, um retrocesso na desejável dinâmica de *empowerment* das populações, princípio que pressupõe o desenvolvimento como uma progressiva aquisição pessoal de poder (FRIEDMANN, 1997).

Sobretudo na comunicação social e nos discursos políticos, estes migrantes ecológicos são, com frequência, identificados como refugiados ambientais, um conceito impreciso, de acordo com a restrita definição de refugiado expressa na Convenção de Genebra, assinada em 1951. Segundo o ponto 2, do artigo 1º do Capítulo I da respectiva convenção, estende-se por refugiado uma pessoa que «(...)receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar”.

Mesmo depois da renovação de 1967 (que alargou o documento legal aos povos não europeus), reconhecem-se ameaças e perseguições de diferente natureza, desde as políticas às ideológicas e às raciais. Porém, quanto aos factores ecológicos, este documento orientador é omissivo, como é omissivo relativamente aos deslocados que não conseguem atravessar as fronteiras políticas do seu país. Dada a escassez de recursos para as ajudas humanitárias, o próprio Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHRC), apesar de, num

relatório de 1993 reconhecer a existência de causas ambientais para a deslocação de populações, tem uma atitude conservadora relativamente ao alargamento deste conceito. Por isso, não se atribui ao migrante ecológico o estatuto de refugiado. Assim, aumenta o risco deste grupo de deslocados ambientais, será este o termo mais correcto, ficar fora da esfera internacional de ajudas humanitárias. Esta visão restrita liberta as instituições internacionais da prestação de auxílio a este problema global (CONISBEE e SIMMS, 2003; UNHRC, 1993).

Esta discussão ganha pertinência porque no mundo contemporâneo são menores as barreiras para a circulação do capital e das mercadorias mas persistem e intensificam-se os obstáculos à circulação das pessoas. No ponto de vista das mobilidades, persiste um sistema de fronteiras estatais de escassa permeabilidade, com a função de limitar a chegada de fluxos incontrolláveis de populações.

A sistematização conceptual dos fluxos de deslocados ambientais não é fácil porque se tratam de mobilidades complexas e heterogéneas mas também porque, como se referiu, nem sempre é fácil isolar o factor ambiental de outros factores repulsivos, de natureza política, social, económica ou demográfica.

Apesar disso, El-Hinnawi (1985) identifica 3 categorias de deslocados ambientais: os deslocados temporários, a jusante de uma situação de stress ambiental, como um tremor de terra ou um ciclone; os deslocados permanentes, por mudanças definitivas nos territórios ecológicos devidas, por exemplo, à construção de barragens ou a um acidente tecnológico; e, numa terceira categoria, migrantes cujo êxodo se deve ao facto do respectivo território não poder já satisfazer as suas necessidades básicas, o que pode resultar, por exemplo, do efeito conjugado entre a lenta degradação ambiental e o aumento demográfico.

A heterogeneidade deste grupo de deslocados pode ser analisada segundo duas linhas de sistematização:

1 - A diversidade dos factores em causa, da sua origem, da velocidade e do grau com que se manifestam;

2 - As reacções que provocam, o tipo de mobilidade, a distância, o seu grau de organização, assim como a duração prevista.

No que diz respeito ao primeiro ponto, é possível sistematizar estas mobilidades em dois eixos. Por um lado, as que têm uma origem ecológica evidente e inquestionável (como uma erupção vulcânica, um sismo ou uma nuvem radioactiva) e, por outro, as mobilidades espaciais com uma origem mais difícil de classificar, mas na qual poderão intervir factores ambientais

num complexo inter-relacionado de impulsos sistémicos que vão desde as razões de âmbito social e económico às de natureza política (Figura 3).

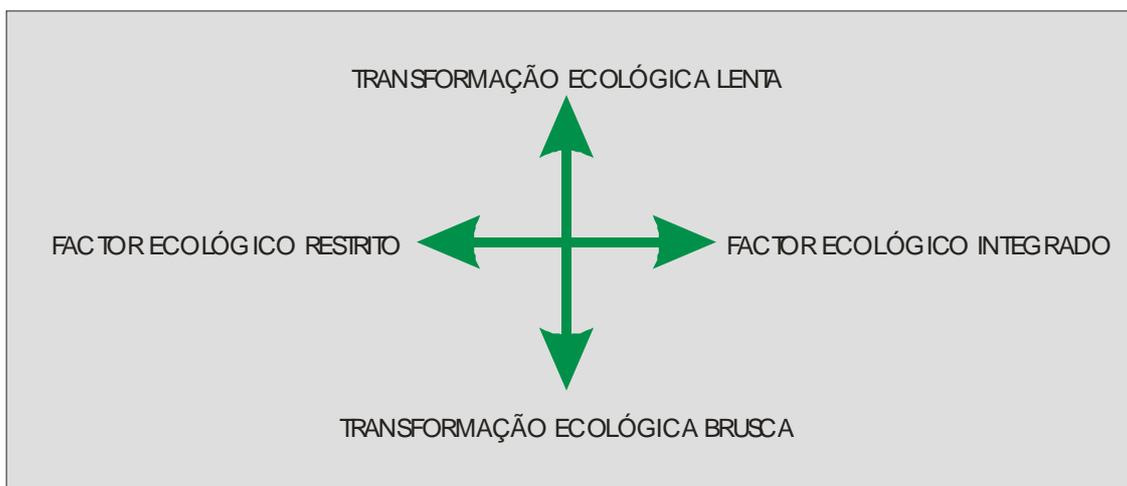


Figura 3 - Sistematização dos deslocados ambientais no que diz respeito ao factor que desencadeia a mobilidade espacial.

Por exemplo, a deslocação de migrantes do nordeste brasileiro em direcção às metrópoles do Sul, como o triângulo Belo Horizonte-Rio de Janeiro-S.Paulo, pode associar-se aos ciclos de seca mas as razões de fundo exigem uma interpretação global do processo, que vai da estrutura fundiária às assimetrias de desenvolvimento e aos desequilíbrios em questões como o capital de escolaridade e formação (BARROS, 1998a e 1998b; FERNANDES e VALENÇA, 2004)

O desequilíbrio ecológico que, ao longo do século XX, ocorreu na região do Mar Aral, entre os actuais Cazaquistão e Uzbequistão, é outro exemplo elucidativo. Neste caso, os efeitos directos do deficit ambiental foram evidentes. Sobretudo para o desenvolvimento do cultivo de algodão, a ex – União Soviética desviou parte do caudal do Amudaria e do Sirdaria, os rios que alimentam este mar interior. Esta política, num contexto social pouco resiliente, conduziu à redução do volume hídrico do Aral, ao aumento da salinidade da água e dos solos, à mudanças climáticas, em especial com o aumento das amplitudes térmicas, e à crise da indústria pesqueira. Estas transformações ecológicas, num quadro de rápido crescimento demográfico, de baixos níveis de desenvolvimento humano e de uma economia planificada inflexível, impulsionaram um fluxo migratório de saída, de cerca de 100 mil pessoas (GUINNESS, 2002; MARCHAND, 1992; HASHIM, 2001).

Na perspectiva dos factores que, de modo directo ou indirecto, desencadeiam deslocações demográficas, podem-se ainda distinguir os que têm uma manifestação brusca, como um tsunami, por exemplo, que provocam rápidas transformações nas paisagens, dos que estão associados a uma transformação ecológica mais lenta e que, em parte pelo ritmo mais

pausado com que se manifestam, se entroncam com outros estímulos à migração. Este caso aplica-se a exemplos como o avanço da desertificação em áreas do globo como o Sahel africano ou a subida do nível médio das águas do mar que afecta pequenas ilhas, como Tuvalu, Vanuatu ou as Maldivas, ou os deltas do Ganges, no Bangladesh e do Mekong, no Vietname.

No que respeita ao segundo ponto referido, o das reacções que este processo pode desencadear, refiram-se as mobilidades de curto prazo e curta distância, associadas a deslocações breves para lugares da proximidade, com a duração de algumas horas ou dias, como ocorre no caso de inundações. Estas distinguem-se das deslocações de longo prazo, algumas definitivas, pelo menos considerando o ciclo de vida de algumas gerações, para lugares a uma distância variável, como ocorreu no caso de Prypiat, a cidade com cerca de 60 mil habitantes que se despovoou depois do acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, ou no caso dos deslocados depois do encerramento das comportas de barragens, como tem ocorrido em diferentes regiões do globo (FERNANDES, 2008). Na Índia, desde a independência, ter-se-ão deslocado cerca de 50 milhões de pessoas na sequência da aplicação de projectos hídricos, como o do vale do Narmada (ROY, 2001) (Figura 4).

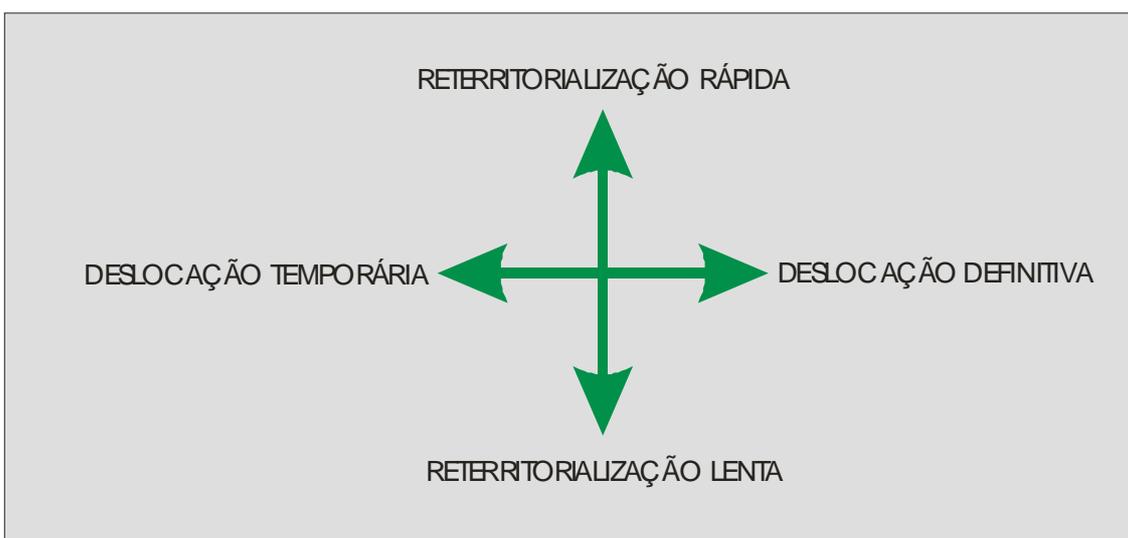


Figura 4 - Sistematização dos deslocados ambientais no que diz respeito ao tipo de mobilidade espacial a jusante de uma modificação do quadro ecológico de vida das populações.

Por princípio, estas deslocações ocorrem de forma voluntária, apesar de em muitos casos não haver escolha possível, tornando-se assim um processo involuntário e compulsivo que, no limite e em caso de resistência, pode colocar a vida em risco. Porém, é ainda importante distinguir os processos consoante o tempo e o grau de reterritorialização das populações deslocadas: mais rápida nuns casos, mais lenta noutros. Esta diferença de ritmo distingue os

níveis de desenvolvimento e serve de padrão para a monitorização dos processos compensatórios, muito desiguais em diferentes partes do globo. Estas diferenças nos níveis e no ritmo da reterritorialização pode passar por questões de necessidade básica, como a água potável, o abrigo, os alimentos e os medicamentos, nem sempre fáceis de assegurar, mesmo em territórios centrais, como se verificou com a crise do furacão Katrina, na Florida (EUA), em 2005.

Em deslocações de longo prazo, essa reterritorialização passa também por questões como o emprego, a habitação definitiva, o reagrupamento familiar e o reconhecimento da cidadania, valor nem sempre assegurado.

Estes ciclos de desterritorialização/reterritorialização variam também consoante os lugares de partida e os lugares de chegada: as deslocações podem ocorrer no sentido rural-rural, mas também rural-urbano ou mesmo urbano-urbano, sendo comum a combinação destas categorias. Por exemplo, ainda no caso dos deslocados dos projectos hídricos indianos, as populações, essencialmente rurais, fixaram-se quer em espaços rurais da proximidade, quer em áreas urbanas.

Neste ponto de vista, é importante distinguir os fluxos que atravessam fronteiras políticas, como aconteceu com os pastores peuls do Mali e do Burkina Faso, deslocados para o Ghana (GONIN e LASSAILLY-JACOB, 2002), dos que ocorrem dentro do mesmo espaço político-administrativo, facto não negligenciável na análise do ritmo e do grau de reterritorialização.

Numa sistematização geral do conceito de deslocado ambiental (Figura 5), é importante distinguir a própria origem desse impulso migratório, se de âmbito natural, como uma erupção vulcânica, ou se resulta da acção antrópica, como a construção de uma barragem e outros projectos de crescimento económico menos sensíveis ao desenvolvimento humano.

As mudanças ecológicas podem resultar da intervenção humana directa, como ocorreu com as experiências atómicas em muitas ilhas do Pacífico ou na região de Semipalatinsk, no actual Cazaquistão onde, entre 1949 e 1989, se fizeram cerca de 500 ensaios nucleares, com a consequente saída de 160 mil pessoas. Essas alterações podem também ser resultado da intervenção indirecta do Homem, aqui num limite difuso entre o que são factores naturais e o que é da responsabilidade da acção antrópica, como ocorre com os processos de desertificação e com as alterações climáticas (GUINNESS, 2002).

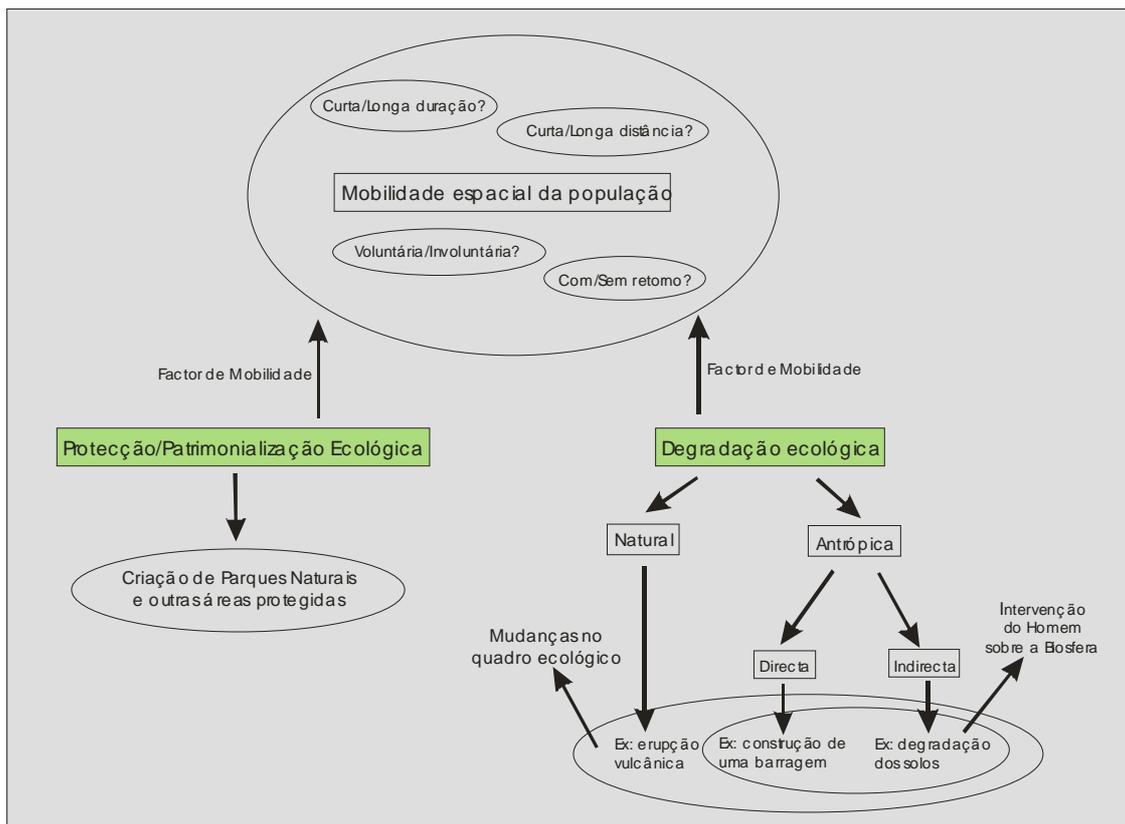


Figura 5 – Esquema síntese das diferentes categorias de deslocados ambientais.

Em muitos casos, estes factores naturais e antrópicos também se confundem e agregam, como nos referidos processos de desertificação e empobrecimento dos solos, que podem estar associados a ciclos de seca, mas também a modelos insustentáveis de gestão dos sistemas agro-pastoris, como ocorreu nalgumas ilhas de Cabo Verde e no Alentejo, em Portugal. Noutro exemplo, um deslizamento de terras numa vertente tem origem no efeito combinado da forte concentração da precipitação, do declive e da instabilidade das camadas argilosas, mas as consequências são ampliadas por causas humanas, como o desordenamento do território e os usos insustentáveis dos solos, com a expansão de espaços habitacionais ou outros em áreas de risco. Da mesma forma, as cheias dependem da concentração de precipitação mas os seus efeitos estão condicionados pelo grau de impermeabilização (artificial) dos solos e pelo (des)ordenamento do território, em especial na proximidade das principais linhas de água.

Nesta sistematização inclui-se ainda um outro processo, de origem antrópica, que tem também impulsionado a mobilidade espacial da população – a patrimonialização e conservação da natureza. Neste caso particular, tratam-se de deslocados ambientais motivados não pela degradação ecológica mas por projectos de apropriação privada ou estatal do ambiente e conservação da natureza, com a conseqüente criação de parques naturais e

outras áreas protegidas. Quando estas instituições assumem um carácter menos integrador das comunidades locais e, numa concepção romântica de uma natureza pura segregada e defendida das apropriações económicas e simbólicas das populações autóctones, o resultado pode ser a expulsão (desterritorialização) de grupos humanos, aqui também vítimas de um processo de marginalização económica. Muitas vezes, essa deslocação forçada afasta populações de recursos como a água, as pastagens e a floresta, induzindo estes grupos a alterações significativas nos respectivos modos de vida e implicando, nalguns casos, a passagem de um modelo nómada para um sedentário de organização social, económica e simbólica (FERNANDES, 2005).

Em suma, a insegurança ambiental é um tema presente em criações artísticas, como o cinema e a literatura, que têm explorado as representações de um futuro apocalíptico. Em 1973, o autor de ficção científica Clifford D. Simak (na obra *Cemetery World*), representou uma Terra abandonada, repulsiva, hostil, destruída por uma guerra, onde os seres humanos instalaram um cemitério planetário, para onde regressam os mortos para o descanso eterno. Nesta visão profética, o planeta Terra mais não é que uma etapa final, que não suporta a vida mas apenas a morte. Estas representações serão uma linguagem metafórica dos receios e dos efeitos extremos das transformações ecológicas irreversíveis ocorridas a uma escala global. Na verdade, a insegurança ambiental aumentou porque a densidade populacional é agora maior em lugares de risco mas aumentou também porque há um número crescente de crises ecológicas com efeitos que se estendem no tempo e no espaço, isto é, ocorrem *aqui*, mas têm consequências em lugares longínquos e, afectam *esta população*, mas podem deixar rasto para as gerações vindouras, facto aplicado, por exemplo, às catástrofes nucleares.

Enquanto as profecias apocalípticas não se cumprem, haverá lugares mais seguros no Planeta Terra, mas o acesso aos mesmos depende do capital da mobilidade de cada grupo humano, do seu nível de resiliência, da forma e do sentido da resposta às ameaças de desterritorialização e depende ainda dos ritmos e da profundidade dos processos de re-territorialização. É desta forma que a problemática ambiental está no centro de algumas das mais importantes desigualdades entre as populações globais: desiguais na responsabilidade mas também na gestão dos efeitos dos deficits ambientais. É certo que, seguindo a curva ambiental de Kuznets, às velhas tecnologias depredadoras de recursos e sistemas ecológicos se seguem gerações de tecnologias mais limpas. Contudo, também neste ponto se verifica uma distribuição mundial assimétrica.

Apesar da amplitude da insegurança ambiental, tardam respostas globais, talvez pela não existência de instituições transnacionais especialmente vocacionadas para este problema, pelo

menos instituições com o mesmo poder de afirmação das que actuam nos domínios político e económico. Por isso, a temática dos deslocados ambientais continua ainda por conhecer e investigar em profundidade, facto que avançaria se, nos centros de decisão política, estes tivessem um reconhecimento inequívoco.

Bibliografia

BARROS, Alexandre Rands (1998a); "Os Impactos do MERCOSUL no Nordeste do Brasil"; in APDR- V Encontro Nacional *Emprego e Desenvolvimento Regional*; Coimbra.

BARROS, Alexandre Rands (1998b); "Desigualdades Regionais no Brasil. Causas da Reversão da Tendência na Última Década"; in APDR- V Encontro Nacional *Emprego e Desenvolvimento Regional*; Coimbra.

BEAUJOU-GARNIER, Jacqueline (1989); "Malthus Avait il-Raison?"; in *Espaces, Populations et Sociétés*, nº3; Edité par l'Université des Sciences et Techniques de Lille.

BLACK, Richard (2001); *Environmental refugees: myth or reality?*; New Issues in Refugee Research, working paper n. 34; UNHCR; Geneve.

CONISBEE, Molly; SIMMS, ANDREW (2003); *Environmental refugees. The case for recognition*; Pocketbook; New Economic Foundation; London.

DALY, Mary E. (1994); *The famine in Ireland*; Historical Association of Ireland; Dundalgan Press; Dundalk; Ireland.

DUBUS, Gilles (2002); "Migrations et environnement: sélection bibliographique"; in *Revue Européenne des Migrations Internationales*; vol. 18; Nº 2; Poitiers.

EL-HINNAWI, Essam (1985); *Environmental Refugees*; United Nations; New York.

FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Morais (Coord.) (2004); *Brasil Urbano*; Mauad; Rio de Janeiro.

FERNANDES, João Luís Jesus (2001); "Degradação ambiental e mobilidade espacial das populações - um tema geográfico no início do século XXI. Alguns comentários a propósito de um evento científico"; in *Cadernos de Geografia*, nº20; Instituto de Estudos Geográficos; Coimbra.

FERNANDES, João Luís Jesus (2005); *Território, desenvolvimento e áreas protegidas - a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*; Dissertação de Doutoramento; Faculdade de Letras; Universidade de Coimbra.

FERNANDES, João Luís Jesus (2006); "The right to move and react – environmental displaced populations and sustainable development", in SYLFF Africa/Europe Regional Forum *The SYLFF Network in Action: Tackling the Challenges of Sustainable Development*; University of Coimbra.

FERNANDES, João Luís Jesus (2008); "Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens", in *Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo*; Eumed.Net; Universidad de Málaga (CR-ROM).

FRIEDMANN, John (1997); *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*; Celta Editora; Oeiras.

GIDDENS, Anthony (1991); *The consequences of modernity*; Stanford University Press; Palo Alto.

GONIN, Patrick; LASSAILLY-JACOB, Véronique (2002); "Les réfugiés de l'environnement: une nouvelle catégorie de migrants forcés?"; in *Revue Européenne des Migrations Internationales*; vol. 18; N° 2; Poitiers.

GUINNESS, Paul (2002); *Migration*; Access to Geography; Hodder & Stoughton; London.

HAESBAERT, Rogério (2004); *O mito da desterritorialização*; Bertrand Brasil; Rio de Janeiro.

HASHIM, I. S. (2001); "The human dimensions of environmental change: environmental degradation and migration in the Republic of Kazakhstan (Central Asia)"; in International Workshop *Environmental Change: Implications for Population Migrations*; Wengen; Switzerland.

HAYWARD, Steven F. (2005); "The China Syndrome and the Environmental Kuznets Curve"; in *Environmental Policy Outlook*; American Enterprise Institute for Public Policy Research; Washington.

HOMER-DIXON, Thomas (1994); "Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases"; in *International security*, vol. 9, n° 1; MIT Press; Harvard.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (2008); *Climate change and water*; Technical Paper of the Intergovernmental Panel on Climate Change; IPCC Secretariat; Geneva.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND CRESCENT SOCIETIES (2004); *World Disaster Report 2004*. Focus on community resilience; Eurospan; London.

KLIOT, Nurit (2001); "Environment, migration and conflict: a critical review"; International Workshop *Environmental Change: Implications for Population Migrations*; Wengen; Switzerland.

LEIDERMAN, Stuart (1996); "Environmental refugees and ecological restoration"; in *Environmental refugees: anticipation, intervention, restoration*; Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science; Baltimore.

MARCHAND, Pascal (1992); "Eau, territoire et nationalités: la mer Aral"; in Michel Roux (coord.), *Nations, état et territoire en Europe de l'est et en URSS*; Éditions L'Harmattan; Paris.

MCCARTHY, Cormac (2006); *A estrada*; Ficções; Relógio d'Água; Lisboa.

MYERS, Norman (2005); *Environmental refugees: an emergent security issue*; 13th Economic Fórum; Prague.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994); *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994*; Trinova Editora; Lisboa.

KLIOT, Nurit (2001); "Environment, migration and conflict: a critical review"; International Workshop *Environmental Change: Implications for Population Migrations*; Wengen; Switzerland.

ROY, Arundhati (2001); *Pelo bem comum*; Edições Asa; Porto.

SIMAK, Clifford D. (1973); *Cemetery World*; Putnam Pub Group; New York.

SEN, Amartya (2003); *O desenvolvimento como liberdade*; Trajectos, n°57; Gradiva; Lisboa.

STRANKS, Robert T. (1997); "Environmental refugees?"; *Economic and trade analysis*; Department of Foreign Affairs and International Trade; Canada.

UNHRC (1993); The State of The World's Refugees 1993: *The Challenge of Protection*; Geneva.